

Atlas da Violência expõe as Mortes Violentas com Causa Indeterminada no Brasil

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, o país registrou 12.310 mortes desse tipo em 2018. Isso ocorre porque não há o correto preenchimento das informações sobre as vítimas, ocultando homicídios dos dados oficiais



Amanda Pimentel e Isabela Sobral

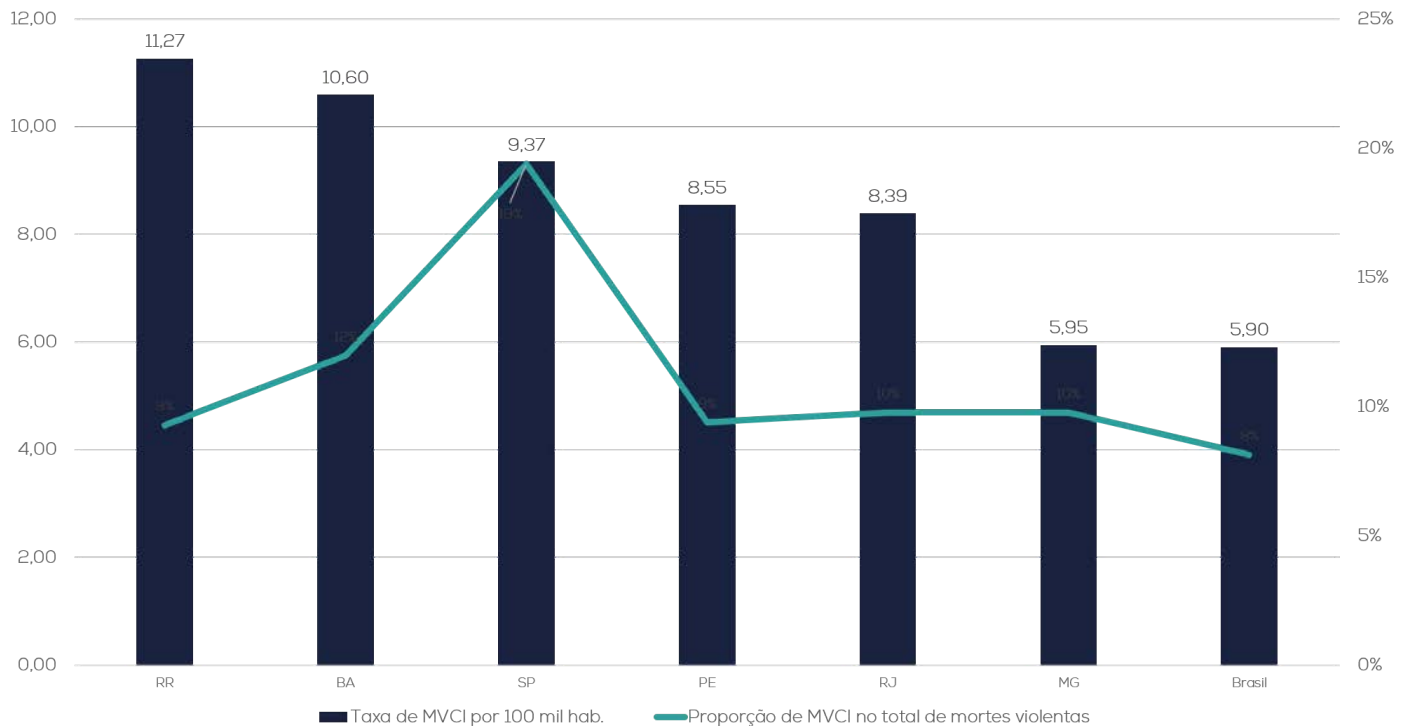
1 de setembro de 2020

Na semana passada, o IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançaram a nova edição do *Atlas da Violência*, publicação anual que analisa os dados e informações disponibilizadas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Além de apresentar a série histórica dos dados de 2008 a 2018, e analisar os principais indicadores da violência letal do país, na edição de 2020 o estudo apresenta reflexões importantes sobre as Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), apontando também para os principais problemas e dificuldades encontrados no registro dessas informações ao longo dos últimos anos.

De acordo com o *Atlas*, o que vem se notando na maior parte das unidades federativas brasileiras é a perda da qualidade desses dados. Isso ocorre porque não há o correto preenchimento das informações sobre as vítimas e sobre os eventos em si, em especial quando não se consegue estabelecer a causa do óbito, isto é, se a motivação que gerou o fato foi um suicídio, um acidente ou uma agressão perpetrada por terceiros, ou ainda fruto de uma intervenção legal. Quando isso ocorre, o óbito acaba sendo classificado como uma Morte Violenta com Causa Indeterminada e não se consegue saber ao certo como o indivíduo morreu. Assim, muitos homicídios acabam ficando ocultados dos registros oficiais. Segundo estimativa de Cerqueira (2013), cerca de 74% das MVCI eram, na verdade, homicídios¹.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, apenas em 2018 o país registrou 12.310 MVCI. Entre 2017 e 2018, as mortes violentas com causa indeterminada sofreram um aumento de 25,6%. Dentre os estados com as maiores proporções de MVCI com relação ao total de mortes violentas, destacam-se São Paulo (19,4%), Bahia (12%), Minas Gerais (9,8%) e Rio de Janeiro (9,8%). Quando analisamos a taxa de MVCI por 100 mil habitantes, os estados que mais se destacam são Roraima (11,3), Bahia (10,6), São Paulo (9,4), Pernambuco (8,6) e Rio de Janeiro (8,4).

Taxa e proporção de MVCI, UFs com maiores índices e Brasil - 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Violência 2020.

No caso específico de São Paulo, chama atenção também o fato de que em 2018 o estado registrou 4.265 MVCI, dentre as quais 549 pessoas foram vitimadas por arma de fogo, 168 por instrumentos cortantes e 1.428 por objetos contundentes. Além disso, o estado apresentou taxas de MVCI por 100 mil habitantes superior a taxa de homicídios, que foi de 8,2.

A boa qualidade da informação depende crucialmente do diálogo entre saúde e segurança pública. Para que a causa dos óbitos seja corretamente classificada, é de extrema importância a troca de informações entre as instituições que fazem parte do SIM, ou seja, os Institutos Médicos Legais, as secretarias de saúde e as agências policiais. O compartilhamento de informações obtidas pelas instituições policiais no curso das investigações é fundamental para a diminuição da proporção de óbitos classificados como mortes violentas por causa indeterminada, uma vez que no decorrer da investigação pode-se esclarecer a motivação do incidente.

A existência de estratégias de verificação e validação dos dados, através do diálogo entre segurança pública e saúde, já havia sido apontada como central para a qualidade das informações pelo *Protocolo de Bogotá sobre qualidade dos dados de homicídio para América Latina e o Caribe*. O documento, elaborado em 2015, estabeleceu uma série de critérios técnicos cujo cumprimento reflete o grau de validade, confiabilidade e transparência dos dados sobre homicídios. Um desses critérios é a existência de mecanismos que realizem processos de revisão e cruzamento dos dados de homicídios, vítima a vítima, entre todas as fontes oficiais possíveis. De acordo com dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para estudo da qualidade da informação sobre homicídios produzida no âmbito da segurança pública, em 2018, apenas 36% das SSP possuíam estratégias de verificação e validação dos dados em diálogo com as instituições do sistema de saúde².

O cenário desenhado pelo *Atlas da Violência* aponta para a urgência do estabelecimento de mecanismos que promovam o diálogo entre segurança pública e saúde na produção de informações confiáveis sobre homicídios. A existência de dados confiáveis é condição fundamental para elaboração de políticas públicas que busquem incidir sobre as elevadas taxas de homicídio brasileiras.

² CERQUEIRA, D.; MELLO, J. M. P. de. Evaluating a national anti-rearm law and estimating the causal effect of guns on crime. Rio de Janeiro: PUC, 2013.

Amanda Pimentel

Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e mestre em Direito pela PUC-RJ

Isabela Sobral

Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e mestranda em Administração Pública e Governo pela FGV

